



TRF1 realiza treinamento de facilitadores e integrantes das comissões técnicas seccionais do PJe

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), considerando a expansão do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) em suas seccionais, promoverá no período de 03 a 07 de agosto, em sua sede em Brasília, o “Treinamento de Facilitadores e Integrantes das Comissões Técnicas Seccionais do



Processo Judicial Eletrônico – PJe”.

O objetivo é que ao final do curso, os participantes estejam aptos a adequar a dinâmica de trabalho atual à nova realidade patrocinada pelas funcionalidades do sistema PJe, bem como habilitados a disseminar em suas respectivas unidades de trabalho, o conhecimento obtido.

A capacitação que estará a cargo do diretor do Núcleo Regional de Apoio ao Processo Judicial Eletrônico, Andrey Leonardo Lima e Silva e da servidora Rúbia de Almeida Mesquita Angelo, será ministrada a servidores que atuam como facilitadores nas Seções Judiciárias do Maranhão, do Acre e de Rondônia, e aos integrantes das Comissões Técnicas Seccionais do PJe.

Juiz federal Carlos Haddad fala sobre trabalho escravo no Programa Inteiro Teor desta semana

O Programa Inteiro Teor – a revista eletrônica do TRF da 1ª Região na TV Justiça – apresenta, na edição desta semana, entrevista com o juiz federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, Carlos Haddad, sobre o trabalho escravo e a escravidão contemporânea.

Acompanhe, também, matéria sobre decisão do Tribunal que condenou faculdade, por propaganda enganosa. Alunos eram induzidos a efetuar matrícula em instituições de ensino superior não credenciadas no Ministério da Educação.

O programa Inteiro Teor inédito vai ao ar no próximo domingo, dia 02 de agosto, às 12h30, e será reprisado no dia 04 (quarta-feira), às 9h30, e no dia 07 de agosto (sexta-feira), às 6h30.



SJPI instala o primeiro Núcleo de Conciliação em Políticas Públicas no âmbito da Justiça Federal no Brasil

A Seção Judiciária do Piauí (SJPI), por meio da Portaria 143/2015, instalou, na última segunda-feira, dia 27, o Núcleo de Conciliação em Políticas Públicas, pioneiro no Brasil. A criação do projeto piloto partiu da constatação de que a conciliação em matéria de políticas públicas é uma poderosa ferramenta na efetivação de direitos que demandam prestações positivas do Estado.

O projeto piloto abrangerá processos que tramitam nas varas cíveis da SJPI, incluindo as Subseções. Podem ser encaminhados para o referido Núcleo de Conciliação, por iniciativa do juiz condutor do feito ou a pedido das partes, ações civis públicas que tratem da implementação ou a revisão de políticas públicas ou ações individuais repetitivas, cuja solução definitiva dependa da implementação ou da revisão de política pública existente. Os processos em que não houver acordo deverão ser devolvidos à Vara de origem para retomar o curso normal.

A referida portaria prevê ainda a possibilidade de conciliação pré-processual, em que o requerente pode pedir a atuação do Núcleo de Conciliação em Políticas Públicas antes mesmo do ajuizamento da demanda e de sua distribuição para as varas cíveis.

Na regulamentação trazida pela portaria, entende-se como política pública “o conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, que visam assegurar determinado direito de cidadania de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.”

A implantação e o acompanhamento serão feitos pela juíza federal da SJPI Marina Rocha Cavalcanti Barros Mendes, coordenadora do Núcleo de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos e Cidadania. A juíza federal afirmou que a ideia de criação de um Núcleo voltado para políticas públicas se deu a partir do caso em que os pacientes do Maranhão estavam impedidos de receber tratamento oncológico no Piauí.

A partir dessa experiência, surgiu um novo objetivo: a criação de um ambiente permanente de diálogo entre instituições públicas, com a intermediação qualificada da Justiça Federal. [\[Leia mais\]](#)